

Requerimento: Deslizamento no Porto Formoso

No passado mês de Janeiro, ocorreu um deslizamento de terras na baía do Porto Formoso, soterrando algumas embarcações que ali se encontravam estacionadas.

De acordo com as notas emitidas pelo Gabinete de Apoio à Comunicação Social (GACS) a Secretária Regional do Ambiente afirmou, na visita que efectuou ao local, que não apoiaria os danos causados pela derrocada, atendendo a que se tratou de um acidente natural, não se devendo imputar responsabilidades ao Governo.

No entanto, no mesmo dia anunciou que o porto de pesca, aonde se registou o deslizamento de terras, vai ser alvo de uma requalificação ambiental.

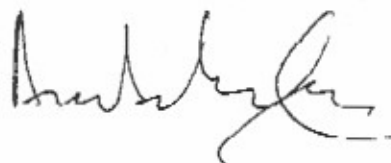
Assim sendo, os proprietários das embarcações soterradas encontram-se numa situação de injustiçados, dado que utilizavam os respectivos barcos para a faina da pesca, retirando também do mar sustento para as famílias.

Assim, venho ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis solicitar ao Governo Regional as seguintes informações:

1. Os proprietários lesados tinham ou não licença das respectivas embarcações?
2. Os respectivos donos têm ou não direito ao apoio governamental, destinado à recuperação dos barcos soterrados?
3. Quais os critérios considerados pelo Governo que inviabilizam o apoio pretendido?
4. No caso dos proprietários procederem a prova da proveniência do sustento familiar também depender da pesca, o Governo Regional irá rever a sua posição?
5. Em que circunstâncias entende o Governo Regional dever atribuir apoio em casos de calamidades?

Ponta Delgada, 14 de Março de 2007

O Deputado



António Pedro Rebêlo Costa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 0804 Proc. Nº 54-03.01
Data: 07/03/04 Nº 228/III